



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681428 - BA (2021/0226891-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CLEITON CRISTIANO MENESES PINHEIRO
ADVOGADO : CLEITON CRISTIANO MENESES PINHEIRO - BA037368
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ANDRE LUIZ SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE LUIZ SANTOS DE OLIVEIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8016271-98.2021.8.05.0000).

O paciente foi condenado às penas de 9 anos, 2 meses e 25 dias de reclusão no regime fechado e de 315 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, c/c o art. 61, inciso II, c, ambos do Código Penal.

Sob o argumento de que não haveria nos autos mídia completa da prova oral produzida na instrução criminal, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que não foi conhecido.

O impetrante sustenta que o mérito do *mandamus* deveria ter sido apreciado pela autoridade impetrada, uma vez que a pendência de julgamento do recurso de apelação não impediria a impetração de *habeas corpus*, no qual se alega nulidade absoluta.

Afirma que a ausência da mídia com a gravação completa da prova oral produzida em audiência comprometeria o exercício da ampla defesa e do contraditório, além de impossibilitar o duplo grau de jurisdição, acarretando evidente prejuízo às partes, tratando-se de matéria de ordem pública, que poderia ser conhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição.

Requer, liminarmente e no mérito, que se determine que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia analise o mérito do *writ* originário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
INDEFERIDO LIMINARMENTE. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. RELAXAMENTO DA PRISÃO
PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO VEICULADA NO
MANDAMUS DA ORIGEM. TESES DE DOSIMETRIA.
PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DA APELAÇÃO
CRIMINAL. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS PELA
CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
NÃO CONHECIMENTO DO WRIT NA ORIGEM.
LEGALIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA

TERCEIRA SEÇÃO DESTA CORTE SUPERIOR.
AGRAVO DESPROVIDO.

- Este Superior Tribunal de Justiça não poderia, originariamente, decidir acerca do pedido de relaxamento da prisão preventiva, que não foi veiculado no writ da origem, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

- **Como é de conhecimento, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Habeas Corpus n. 482.549/SP, firmou o entendimento de que a interposição do recurso cabível contra o ato impugnado e a concomitante impetração de habeas corpus para igual pretensão somente permitirá o exame do writ se for este destinado à tutela direta da liberdade de locomoção ou se traduzir pedido diverso em relação ao que é objeto do recurso próprio e que reflita imediatamente na liberdade do paciente. Nas demais hipóteses, o habeas corpus não deve ser admitido e o exame das questões idênticas deve ser reservado ao recurso previsto para a hipótese, ainda que a matéria discutida resvale, por via transversa, na liberdade individual (HC n. 482.549/SP, Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, DJe de 3/4/2020).**

- Não se verifica ilegalidade no fato de o Tribunal de origem não ter analisado a matéria relativa à dosimetria da pena em sede de habeas corpus, uma vez que o tema, além de não impactar diretamente na liberdade do paciente, será oportunamente examinado no recurso pendente de julgamento.

- Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 625.102/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2020, DJe 07/12/2020)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência